

## **Requerimento (Deputado Hugo Leal)**

Requer informações ao Ministério da Justiça.

Senhor presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup> seja encaminhada ao Ministério da Justiça o requerimento de informações em anexo nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal/1988 c/c os artigos 24, V, § 2º e 115, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Informo que tenho como objetivo saber os procedimentos adotados no âmbito daquele Ministério, mais precisamente em seu Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor acerca do *recall* de veículos automotores.

Sala das Sessões, em            de abril de 2009.

**Deputado Hugo Leal (PSC/RJ)**

## **Requerimento de Informação N.º      de 2009** **(do Senhor Deputado Hugo Leal)**

Requer informações ao Ministério da Justiça.

Excelentíssimo senhor ministro de Estado da Justiça,

Em abril de 2008, encaminhei ao Ministério da Justiça requerimento de informações nº 2.644/087, solicitando à este órgão, mais precisamente ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), informações acerca dos procedimentos tomados sobre o *recall*. A resposta foi dada por meio do memo 194/08/DPDC/SDE/MJ de 27 de maio de 2008. Não obstante as respostas, algumas indagações persistem, questionamentos esses objeto desta indicação. Assim, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal c/c artigo 115, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encaminho as presentes indagações.

De acordo com o referido memo, o DPDC informou ter dificuldades em localizar e sistematizar dados referentes ao *recall*. Na tentativa de melhorar a qualidade de sua base de dados, o DENATRAN informou estar em contato com o DPDC no sentido de se impedir que veículos pendentes de reparos provenientes de *recall* sejam licenciados. Pergunta-se: dessa negociação, o que existe de concreto hoje? Há algum sistema em implantação ligando informações desses órgãos? De acordo com o DENATRAN, estava o órgão desenvolvendo acordo com as montadoras para ter acesso direito aos casos de *recall*. O MJ tem conhecimento desse acordo? Há alguma medida do MJ também no sentido de firmar acordo com montadoras no mesmo sentido?

Também de acordo com o referido memo, o DPDC informou já ter instaurado “dois procedimentos administrativos em virtude da não realização imediata de *recall* de veículos com alto grau de nocividade e periculosidade [...]” Apesar de saber das dificuldades técnicas quanto à investigação e entender ser o DPDC responsável pelo controle de outros ramos de atividade, para este deputado federal, dois processos

administrativos parecem ser pouco diante do número de *recalls* no setor automotivo. Que providências o MJ está tomando para reverter essa situação?

Também foi informado no referido memo que o MJ encaminharia proposta de ação conjunta ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC) na questão do rastreamento de peças defeituosas. Dessa proposta, o que existe de concreto hoje? Quais sugestões oferecidas pelo MIDIC?

Estima-se existir hoje mais de 02 milhões de veículos circulando com defeito de fábrica. Essa situação traz risco à segurança viária do país que deve ser combatido pelo Estado. Dentre as medidas, deverá haver maior controle nos registros de veículos nessa situação. Cabe à Câmara dos Deputados fiscalizar essa e outras ações. As informações encaminhadas por esse órgão será de grande ajuda na consecução desse objetivo.

Brasília, de abril de 2009.

Deputado Hugo Leal (PSC/RJ)